



GD 08

**Livros e Materiais Didáticos
para o Ensino de Ciências
Sociais**

Coordenadores(as):

Roberta Neuhold e Welkson Pires da Silva

A aula de Sociologia virou slide: Reforma do Ensino Médio e plataformização

Josefa Alexandrina Silva¹
Ana Paula Corti²

O trabalho apresenta uma análise crítica do material de sociologia da matriz curricular em vigor em 2023 na rede estadual paulista, quando, de maneira compulsória e desrespeitando a autonomia docente, a Seduc-SP introduziu os slides digitais nas salas de aula. Para obrigar os professores a utilizarem o material, os diretores e coordenadores foram orientados a assistir as aulas dos professores e elaborar relatórios avaliativos para os órgãos centrais. Além disso, a Seduc-SP vinculou os conteúdos dos slides ao Provão Paulista³, como forma de impor aos professores o currículo prescrito (Sacristàn, 1998).

O Estado de São Paulo foi o precursor da Reforma do Ensino Médio no país, sendo o primeiro a implantar o novo currículo em 2021, ainda durante a pandemia de Covid-19. Foi uma implementação aligeirada e unilateral, realizada num período em que as escolas estavam fechadas, impossibilitando o envolvimento e a participação dos professores. Os impactos da Reforma no ensino de sociologia são visíveis, com a redução significativa do número de aulas, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 1. Sociologia no Ensino Médio Paulista

Antes da Lei 13.415/2017- Novo Ensino Médio	2021	2024
1ª. Série – 2 aulas	1ª. Série - 2 aulas	1ª. Série – 0
2ª. Série – 2 aulas	2ª. Série – 2 aulas	2ª. Série – 2
3ª. Série – 2 aulas	3ª. Série – 0 aulas	3ª. Série – 0
Total: 6 aulas	Total: 4 aulas	Total: 2 aulas

Fonte: Nota da ABECS-SP. Contra o apagamento da Sociologia no Currículo Paulista para 2024

A implementação do NEM em São Paulo tem sido acompanhada de um intenso processo de plataformização do ensino. Em 2023 a Seduc-SP passou a exigir que os professores aplicassem aulas prontas provenientes de uma plataforma online, em formatos de slides digitais. O material possui autoria desconhecida, apresenta diversos erros e baixa qualidade técnica e pedagógica (Rede Escola Pública e Universidade, 2023). Ao mesmo tempo, o governo paulista anunciou sua saída do Programa Nacional

¹ Pesquisadora do Grupo de Estudos de Juventude – UNIFAL-MG; Secretária da ABECS

² Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus São Paulo.

³ Criado em 2023, o Provão Paulista é um sistema de avaliação aplicado aos estudantes da rede estadual para ingresso nas universidades estaduais paulistas.

do Livro Didático (PNLD) que seria substituído pela adoção dos slides⁴.

Diante desse cenário, a Associação Brasileira de Ensino das Ciências Sociais- ABECS- Unidade Regional SP, tomou a iniciativa de constituir um grupo professores de sociologia, da rede estadual e do ensino superior, que juntos produziram uma leitura e uma análise crítica dos slides de sociologia. Assim, em contraposição à tendência dos reformadores de reduzir o papel dos professores, a iniciativa visou promover o diálogo sobre o lugar do ensino das Ciências Sociais no atual currículo, envolvendo professores nesse processo de reflexão.

Os slides foram disponibilizados parcialmente ao longo do ano letivo de 2023, por isso nossa análise se circunscreveu aos slides disponibilizados à época: 8 aulas do 1º ano e 9 aulas do 2º ano, totalizando 346 slides elaborados pela Seduc-SP para o 4º bimestre.

Compreendemos os slides como documentos oficiais que registram a política curricular constituindo fonte de informação primária sobre a concepção da Seduc-SP sobre o ensino de sociologia. Como documento, expressa os princípios, regras e valores que regem o ensino em sua fase atual (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1998).

Para a análise documental foi elaborado um roteiro com questões direcionadas aos temas e conceitos abordados, as metodologias e recursos apresentados, a forma de apresentação das aulas e os pressupostos do ensino de sociologia. A elaboração do roteiro teve como referência os critérios científicos e pedagógicos utilizados para análise dos livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem garantido um elevado padrão de qualidade para os livros didáticos no país.

Digitalização do ensino e o aluno passivo-receptor

A imposição do uso dos slides pela Seduc-SP estabeleceu um modelo de gestão de sala de aula que subtrai o debate de ideias na escola, impossibilitando a reflexão sobre os problemas sociais, um caminho encontrado pelos tecnocratas para manter a sociologia sob controle nas escolas. Desse modo, os slides atuam para o encolhimento dos processos pedagógicos, buscando eliminar as práticas de diálogo e troca de saberes, com redução do espaço de formação do pensamento crítico.

⁴ O anúncio do governo paulista teve repercussão negativa já que o PNLD é financiado pelo governo federal sem custo para os cofres estaduais e consiste em material que passa por criteriosa avaliação governamental. Assim, a decisão foi revertida na Justiça em resposta à uma ação popular protocolada por parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

O material parece considerar que o estudante possui um papel passivo de ouvinte nas aulas. O uso de recursos digitais como os slides não altera, por si mesmo, o perfil conteudista da abordagem que poderia ser feito utilizando a lousa, por exemplo. O material utiliza uma linguagem mais próxima da internet e do ambiente digital, com frases curtas, fragmentadas, superficiais e desconectadas, que são um entrave para que os estudantes desenvolvam o pensamento conceitual que exige maior nível de abstração e leituras mais longas, com exercícios de interpretação e análise.

O método dos slides parece reservar ao estudante, na sala de aula, o mesmo papel do usuário das mídias digitais e redes sociais: uma condição de receptor majoritariamente passivo e uma lógica de “engajamento” com os conteúdos. Assim, a aula passa a ser uma espécie de simulacro das redes sociais, reforçando a experiência dos estudantes como consumidores das mídias digitais, clientes de canais de entretenimento que devem ter linguagem rápida, capaz de prender a atenção dos usuários. É notória a tentativa de trazer para a escola a lógica da “economia da atenção” praticada na internet e voltada à venda de bens e serviços sob controle de grandes conglomerados do mercado. Esse enfoque do aluno como consumidor é extremamente problemático pois a relação mercantil não é a base da relação pedagógica, que está assentada em outros pressupostos como a relação de confiança e reciprocidade. Diferente do consumidor ao entrar numa loja, o estudante não sabe totalmente o que quer ou o que precisa quando chega na escola e na sala de aula, sendo uma parte importante do processo de escolarização a apropriação de novos conhecimentos e experiências e o encontro com a alteridade (Biesta, 2017).

Os exercícios, em muitos casos, se restringem a procurar a alternativa incorreta em um conjunto de frases – o que não estimula a formação do raciocínio crítico e da argumentação. O material também parece supor certa irrelevância do docente enquanto sujeito da relação pedagógica, como se os slides pudessem, sozinhos, produzir a aprendizagem necessária, o que expressa uma orientação tecnicista retrógrada e denota a intencionalidade de tornar o professor substituível ou até mesmo, desnecessário.

Uma vez que o material se torna compulsório para docentes, pode-se estar induzindo um tipo de aula exclusivamente expositiva, tradicional, que “deposita” conteúdos nos estudantes, reiterando uma prática de ensino antiquada. Isso seria um

retrocesso em relação às metodologias baseadas no diálogo, no debate e troca de ideias, na leitura e interpretação de textos (ausentes do material) tão necessários à aprendizagem e à construção do pensamento sociológico.

Por fim, entendemos que o uso dos slides por profissionais comprometidos com uma práxis pedagógica emancipatória deve ser submetido à uma apropriação crítica e criativa, que produza subversões e transgressões num currículo que não pode ser considerado legítimo nem aceitável já que nega frontalmente as teorias e metodologias das ciências sociais e os pressupostos epistemológicos do ensino de sociologia.

A autoria desconhecida do material é outro entrave que levanta suspeições e consiste em uma péssima prática da Seduc-SP, uma vez que a fonte e a autoria das ideias é um princípio legal e ético fundamental, flagrantemente desrespeitado pela autoridade pública. A resistência dos professores de sociologia às ilegalidades, ao abuso de poder, à usurpação do direito dos alunos aos conhecimentos científicos não é apenas legítima como a afirmação da ética docente e do vínculo pedagógico.⁵

Palavras-chave: ensino de sociologia; reforma do ensino médio; ensino médio

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

APPLE, M. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ABECS. Contra o apagamento da Sociologia no Currículo Paulista para 2024. 2023. Disponível em: https://abecs.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Nota_ABECS_nov%202023.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

BIESTA, G. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE – REPU. Substituição de livros do PNLD por slides digitais na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 15 ago. 2023. Disponível em: <https://www.repu.com.br/notas-tecnicas>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SACRISTÁN, G. J. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

⁵ Agradecemos aos professores e professoras da rede estadual de ensino de São Paulo que participaram da recuperação, leitura e análise dos slides de Sociologia da Seduc-SP. Seus nomes foram omitidos em razão do assédio moral e da perseguição que tem sido imposta aos professores da rede estadual de ensino paulista.

“Sociologia em movimento” - Uma análise acerca da significação da circulação do livro didático*Elazir Cristina Silva da Veiga⁶**Luiz Gustavo Silva da Fonseca⁷*

O trabalho em questão tem como objetivo uma breve análise do livro Sociologia em movimento. — 2. ed. — São Paulo: Moderna, 2016, por meio das dimensões analíticas propostas por Meucci (2020). A fim de compreender o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) como uma política pública, as obras produzidas a partir de suas diretrizes e as significações de sua produção, na hierarquização do conhecimento, escolha de conteúdo e contexto social.

A educação é um direito do cidadão, assim, torna-se obrigação do Estado garantir a democratização de seu acesso. O livro didático tem por finalidade atender as necessidades educacionais e democratizar o acesso à educação dos estudantes. Contudo, “o mercado do livro didático, desde que se constituíram os sistemas nacionais de ensino, conta com a participação do Estado” (Silva, 2012), para satisfazer as suas necessidades de valor de troca se insere a indústria cultural, no sentido em que produz massificação da cultura a fim da obtenção de lucros, isto é, sua forma de reprodução na sociedade capitalista perde o seu sentido pedagógico para entrar na lógica de produção.

Meucci (2020) analisa as dimensões pedagógicas, políticas, comerciais e sociais do livro didático. Propõe elaborar uma metodologia para os livros didáticos do ponto de vista da sociologia, através de uma investigação sobre a circulação das ideias e uma maior compreensão dos sociológicos no Brasil a partir da produção dos livros escolares inspirada na sociologia configuracional de Norbert Elias (1994), a fim de compreender os processos construtivos e a definição de um campo de conhecimento.

A autora questiona o sentido da sociologia na escola no período pós democratização, entendendo que os livros podem explicar uma relação entre escola, mercado, sociedade e Estado, assim define fronteiras disciplinares para compreender as operações no processo social da circulação dos livros didáticos, que apesar de

⁶ Universidade Federal de Juiz de Fora e graduanda em Ciências Sociais.

⁷ Universidade Federal de Juiz de Fora e graduando em Ciências Sociais.

serem caracterizadas individualmente devem ser lidas como uma operação processual, são elas: Sistematização, Institucionalização e Rotinização.

A sistematização estabelece a articulação entre os produtores e os receptores do conhecimento e as agências e agentes que se articulam para a produção do campo de conhecimento, a institucionalização define uma estrutura para a organização e apresentação do conteúdo e por fim a rotinação que se relaciona aos dois processos anteriores, por meio da articulação dos agentes para a circulação do campo de conhecimento.

Sobre a sistematização é interessante citar que, neste PNLD, somente as disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes foram obrigatoriamente organizadas em volumes únicos abrangendo os três anos (anos depois, na reforma do Novo Ensino Médio estas disciplinas foram diluídas dentro dos livros didáticos e perderam sua obrigatoriedade como disciplina). As outras disciplinas, como consta o edital, teriam um formato diferente: As obras didáticas de Língua Portuguesa, Matemática, História,

Geografia, Física, Química, Biologia, Língua Estrangeira Moderna Inglês e Língua Estrangeira Moderna Espanhol deverão obrigatoriamente ser organizadas por ano e em coleção.

Este fator acabou fazendo com que o conteúdo fosse um pouco mais diluído nestas matérias, enquanto cada um dos anos das outras disciplinas contou com um limite, em média, de 288 páginas, a obra de sociologia teve um limite de 400 páginas para os 3 anos do Ensino Médio. O livro foi produzido por professores da área da Ciências Sociais, todos com experiência na rede básica de ensino.

Uma outra curiosidade envolvendo as obras destas três disciplinas é que elas foram “consumíveis”, ou seja, “aquele que permanece, em caráter permanente, com o estudante, sendo desnecessária sua devolução à escola após o fim do período letivo correspondente.” (EDITAL PNLD 2018).

Em relação ao processo de institucionalização, acerca da definição de temas, fundamentos, linguagem e visibilidade da forma como o conteúdo é entregue, o livro analisado conta com 6 unidades, um total de 15 capítulos, apresentando os temas e as discussões históricas e contemporâneas por meio da relação do debate proposto pela Sociologia enquanto disciplina com as demandas e com o contexto social da juventude.

Obra mais adotada pelas escolas públicas de todo o Brasil, Sociologia em Movimento é reconhecida por seu diálogo constante com a atualidade. É elogiada

por propor uma abordagem que conecta o cotidiano às teorias sociológicas clássicas e contemporâneas e, a partir de recortes da realidade, estimular a construção de um conhecimento coletivo em que os saberes e as práticas de professores e alunos são constantemente favorecidos (Moderna, 2018).

O PNLD determina em seu edital as especificações técnicas para a produção do livro didático e os princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas destinadas ao ensino médio, em que definem uma padronização e institucionalização do livro desde o modelo de gramatura do papel, conteúdo e qualidade dos livros, assim como preza pelo uso da escrita polifônica, uso de filmes, obras literárias, matérias jornalísticas e fotos (Meucci, 2020) em uma tentativa de aproximar o leitor com o conteúdo.

O livro didático analisado aponta desde seu início a forma como o livro se apresenta, destaca sua organização por meio dos seguintes tópicos: Abertura da unidade, Abertura do capítulo, Cronologia, Saiba mais, Considerações sociológicas, Interfaces, Glossário, Direito à cidade, Quem escreveu sobre isso, Atividades, Indicações e Movimentação, destaques que servem de condutores para a apresentação do tema central de cada unidade e os capítulos que o compõem, estes que são introduzidos por meio de uma sintetização sobre os objetivos e seus conteúdos, destaca-se a utilização de recursos midiáticos como meio de conexão com o tema, o livro criou um padrão que mobiliza o conteúdo da Ciências Sociais ao mesmo tempo que trabalha com a interdisciplinaridade das Ciências Humanas.

No que diz respeito à terceira operação metodológica de análise, a rotinização, iremos avaliar a validade da obra em relação ao tempo, se cumpre os requisitos propostos pelo Edital PNLD, no sentido dos critérios de sua escolha, circulação e distribuição. Considerando o ano de publicação do Livro, que foi realizado em 2016, questionando o conteúdo apresentado, sua atualidade, se há um período de validade do conhecimento, compreendendo também o contexto social e político, logo, seu conteúdo pode ser influenciado por essas demandas gerando uma hierarquia no conhecimento, por fim, visa analisar as dimensões históricas e simbólicas proposta por esse processo operatório.

A guisa de conclusão, o trabalho se faz necessário por abordar uma proposta metodológica relativamente recente, no que diz respeito à análise de livros didáticos. Esmiuçar a obra “Sociologia em Movimento” nos parece essencial neste sentido, uma vez que foi amplamente utilizada pelos educadores no Brasil. Acreditamos ainda que

ela sirva de base para professores até os dias atuais, pois foi a última com um conteúdo integralmente sociológico, diferente do edital do PNLD 2021 que apresentou uma proposta diferente, que apesar de apresentar uma abordagem interdisciplinar, o conteúdo sociológico é diluído dentro das obras.

Referências

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EDITORA MODERNA. *Sociologia em movimento*. Disponível em: <https://pnld2018.moderna.com.br/-/sociologia-em-movimento>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MEUCCI, S. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 20, 2020.

SILVA, M. A. A fetichização do livro didático no Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Editais PNLD 2018*. Brasília: MEC/SEB, 2018.

SILVA, A. et al. *Sociologia em movimento*. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

O Ensino Médio Paulista entre 2007 e 2020: marcas da noção de competências⁸

Kassiano César de Souza Baptista⁹
Cláudia Valentina Assumpção Galian¹⁰

Ao longo da história inúmeros pensadores se debruçaram sobre a educação, no geral, e sobre os conteúdos e saberes que devem ser selecionados para a formação das novas gerações, aquelas que “estão iniciando o seu processo de socialização no mundo e serão encarregadas, indubitavelmente, de darem continuidade ao legado humano no planeta Terra” (Arendt, 2016, p. 133).

O filósofo marxista István Mészáros, ao abordar a teoria da alienação na obra do pensador alemão Karl Marx, associando-a à crise da educação na sociedade capitalista, durante a primeira metade do século XX, e às suas imbricações na educação como um todo, e na escolar, em particular, e nos “processos de produção e reprodução dos valores sociais necessários à manutenção da estrutura dessa sociedade” (Mészáros, 2006, p. 263-264). É nesse contexto de tensão entre adaptação à sociedade capitalista contemporânea e transformação dessa ordem social que a pedagogia das competências se insere nas reformas curriculares das escolas brasileiras, particularmente do Ensino Médio, a partir da década de 1990, nas três esferas governamentais. Sendo assim, investigar os documentos curriculares paulistas, concebidos à luz da *noção de competências (NC)*, pode nos trazer pistas para entender a operacionalização desta noção nos currículos escolares, bem como os seus impactos na formação das futuras gerações.

A presente pesquisa se insere no campo de estudos sobre o currículo, aliado à sociologia da educação, a partir de uma abordagem crítica. Essa parte será dividida em dois momentos do aporte teórico da pesquisa: fundamentá-la dentro do campo de

⁸ Esse resumo expandido é parte da pesquisa de mestrado realizada pelos pesquisadores. Ver: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48140/tde-06092023-101054/pt-br.php>.

⁹ Vínculo Institucional: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEDUC/SP. Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. Ver: <http://lattes.cnpq.br/0640428882325028>.

¹⁰ Vínculo Institucional: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Ver: <http://lattes.cnpq.br/7792809476729230>.

estudos do currículo e dentro do campo de pesquisa dos estudos da NC, especificamente associadas ao currículo, articulando-os ao levantamento bibliográfico feito.

Sobre o primeiro ponto, a abordagem teórica está alicerçada na perspectiva ampla do “currículo em processo” defendida por Gimeno Sacristán (2000a; 2000b), na qual o autor afirma que há vários níveis de seleção e de recontextualização do currículo, desde a “prescrição oficial” dos conteúdos a serem ensinados nas escolas, passando pelo planejamento, desenvolvimento de materiais de ensino e pela organização do currículo feita dentro do contexto de cada escola, até chegar no “currículo em ação” e na “avaliação da aprendizagem”, realizada pelos agentes internos ou externos à escola (Gimeno Sacristán, 2000a, p. 139).

Outro aporte teórico estrutural para esta pesquisa está nas formulações do também sociólogo do currículo, Michael Young, referentes ao currículo e ao conhecimento ensinado nas escolas. Tematizando a respeito da pergunta “para que servem as escolas?”, Young afirma: “Quanto às escolas, sem elas, cada geração teria que começar do zero ou, como as sociedades que existiram antes das escolas, permanecer inalterada durante séculos” (Young, 2007, p. 1288). O autor diferencia, basicamente, dois tipos de conhecimento:

“conhecimento dos poderosos” e “conhecimento poderoso” (Ibid., 1294).

Pelo impacto das suas ideias nas reformas curriculares brasileiras dos últimos trinta anos, as contribuições do sociólogo suíço Philippe Perrenoud (1999, 2000, 2005 e 2013) sobre a estruturação dos documentos curriculares da educação básica, com base no prisma no desenvolvimento de competências, sobre a relação entre competências, conhecimentos escolares e educação para a vida e sobre a relação entre a NC e a cidadania serão analisadas mais profundamente; bem como, a partir das análises de Silva (2008), Ricardo (2010) e Amaral (2016), traçar considerações críticas acerca dos impactos e limites do seu pensamento educacional.

O objeto desta pesquisa, a noção de competências nos documentos curriculares da Secretaria da educação do estado de São Paulo para o Ensino Médio, entre 2007 e 2020, foi abordado sob a ótica metodológica da análise de conteúdo e da análise documental, conforme as elaborações de Azanha (2011), Bardin (2016) e de Bourdieu e Wacquant (1995). Com isso, as fontes documentais basilares da pesquisa são os dois

currículos da Secretaria da Educação do estado de São Paulo: Currículo Oficial do Estado de São Paulo (COESP - 2010) e Currículo Paulista (CP - 2020).

Os objetivos da pesquisa foram: Identificar o(s) uso(s) da *NC* nos documentos curriculares da Secretaria da educação do estado de São Paulo, voltados para o Ensino

Médio, discutindo os significados dessas escolhas curriculares para a formação dos estudantes e para o acesso, por parte destes, ao conhecimentos escolares; Comparar as abordagens adotadas para a *NC* nos documentos curriculares, reconhecendo continuidades, aprofundamentos e eventuais rupturas; e, Articular a análise comparativa dos dois documentos paulistas com aquilo que a produção acadêmica vem pesquisando sobre o tema. Como resultado da pesquisa, ver o quadro abaixo:

CONTINUIDADES	APROFUNDAMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização da autonomia dos estudantes; ✓ <i>Noção de competências</i> como organizadora do currículo; ✓ Mobilização de conteúdos, metodologias e saberes no enfrentamento de situações- problema; ✓ Valorização dos aprendizados para a vida; ✓ Estabelecimento de relação com o que se afirma no Relatório Delors (1996). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Grande ênfase na ideia de <i>Protagonismo juvenil</i> e na construção de <i>Projeto de vida</i> pelos estudantes (CP); ✓ Deslocamento de uma ideia de <i>Formação integral</i> (COESP) para a de <i>Educação integral</i> (CP); ✓ Troca das menções aos <i>Conhecimentos disciplinares</i> (COESP) para <i>Objetos de conhecimento</i> (CP); ✓ Valorização das <i>competências socioemocionais</i> (CSE) como eixos estruturadores, balizadores do currículo (CP); ✓ A ideia de <i>aprender a ser livre</i> (COESP) é aprofundada com a ênfase no desenvolvimento de <i>competências socioemocionais</i> (CSE).

Fonte: Elaboração própria.

Acreditamos que identificar continuidades e aprofundamentos no tratamento dado à *NC*, do *COESP* ao *CP*, contribui com elementos importantes para eventuais discussões sobre as políticas educacionais nacionais para o Ensino Médio e a sua relação com as políticas curriculares do estado de São Paulo – e vice-versa. Entre esses elementos estão os que se articulam com as transformações profundas na economia e na sociedade brasileira sob a égide do neoliberalismo e a sua progressiva apropriação nos discursos e práticas voltadas à educação básica brasileira, desde a década de 1990.

Palavras-chave: Ensino Médio, Competências, Conhecimentos, Currículo, Estado de São Paulo.

Referências

- AMARAL, M. F. *Pedagogia das competências e ensino de filosofia: um estudo da proposta curricular do Estado de São Paulo a partir da pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.
- ARENDT, H. A crise na educação. In: ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- AZANHA, J. M. P. Abstracionismo pedagógico. In: AZANHA, J. M. P. *Uma ideia de pesquisa educacional*. São Paulo: Edusp, 2011.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. *Respuestas: por uma antropologia reflexiva*. México: Grijalbo, 1995.
- GIMENO SACRISTÁN, J. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000a.
- GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o currículo*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000b.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PERRENOUD, P. *Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- PERRENOUD, P. *Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
- PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar: convite à viagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- PERRENOUD, P. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- RICARDO, É. C. Discussão acerca do ensino por competências: problemas e alternativas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 605-628, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/cp/a/jhbTLVnkSMxDnWTyixR37Ch/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.
- SÃO PAULO. *Curriculum Paulista: etapa ensino médio*. São Paulo: SEDUC, 2020.
- SÃO PAULO. *Curriculum do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. São Paulo: SEE, 2010.
- SILVA, M. R. *Curriculum e competências: a formação administrada*. São Paulo: Cortez, 2008.
- YOUNG, M. Para que servem as escolas? *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

Arte na escola básica: relato de experiência sobre produção de obra literária de apoio à docência na área de Ciências Humanas*Márcio Kleber Moraes Pessoa¹¹*

Este texto visa a apresentar uma experiência de produção de obra literária de apoio à docência na área de Ciências Humanas na escola básica. O autor foi professor da rede estadual de educação básica do Ceará por 11 anos, lecionando principalmente o componente curricular de Sociologia, mas, também, o de História.

Essa experiência contribuiu de forma determinante para a produção do material didático ora relatado, visto que o saber experiencial (Tardif, 2010) adquirido permitiu a problematização acerca da pouca oferta de materiais didáticos de suporte à docência na área de Ciências Humanas, mas, principalmente, no componente de Sociologia, disciplina que possui um histórico na educação básica nacional marcado por ausências e presenças (Oliveira, 2013), o que pode ter contribuído para o cenário apresentado anteriormente.

Dito isso, o autor criou uma obra literária visando a contribuir com a docência na escola básica, intitulada Jéssica e Pedro. O texto conta a história de duas crianças – uma branca e outra negra – que estudam na mesma escola: Arco-Íris, um pequeno estabelecimento privado que fica localizado na cidade de Fortaleza, capital do Ceará.

Jéssica é de uma família de classe média baixa, sua mãe é professora daquela escola e seu pai é um contador em uma empresa de transportes. Pedro é de uma família pobre, sua mãe é dona de casa e seu pai é porteiro da escola, o que lhe garante o benefício de estudar na Arco-Íris. Esse benefício traz contratempos para Pedro, visto ser o único aluno negro da escola e, por isso, ter de conviver com situações singulares ali.

O texto foi criado com o objetivo de desenvolver temas que contribuíssem com a docência na área de Ciências Humanas na escola básica, por meio do desenvolvimento da “imaginação sociológica” (Wright Mills, 2009) de discentes, contribuindo, assim, para que possam fazer relações entre suas biografias e a história de sua sociedade. No mesmo sentido, Bauman (2015) destaca que sociologia e arte se complementam, “pertencem ao mesmo ramo de negócios” (Bauman, 2015, p. 24).

¹¹ Sociólogo, doutor em Sociologia e Professor do curso de Ciências Sociais e do Mestrado Profissional de Sociologia (Profsocio) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Dito isso, o objetivo do autor foi contribuir para um diálogo efetivo entre arte e ciência, fomentando a leitura literária concomitantemente ao letramento científico.

Logo, a obra literária conta com situações envolvendo temas caros para as Ciências Humanas. Assim, a obra literária é dividida em cinco capítulos, em que cada um possui um tema central. O primeiro aborda a desigualdade de gênero. O segundo destaca o racismo e a desigualdade racial. O terceiro tem como mote a LGBTfobia. O quarto foca na aporofobia e na desigualdade econômica. Já o último capítulo apresenta um desfecho para a história.

O apoio direto à docência está presente na Parte 2 do livro, intitulada Problematizando. Nesta seção, os temas relacionados a cada capítulo da obra literária são discutidos à luz de teorias científicas. Assim, há mais quatro capítulos discutindo os temas presentes nos primeiro quatro capítulos da obra literária.

Cada capítulo da seção “Problematizando” ainda indica recursos para que as pessoas docentes possam trabalhar em sala de aula, tais como: filmes, documentários, podcasts, imagens, músicas, peça teatral, livros ou dados estatísticos. Além disso, há duas sugestões de atividade para cada capítulo: uma tradicional e uma diversificada.

O livro também destaca orientações para as pessoas docentes da escola básica: formas de uso do livro e prefácios (do autor e da professora Doutora Danyelle Nilin Gonçalves, Coordenadora Nacional do Profsocio e professora da Universidade Federal do Ceará).

O livro foi aceito para publicação em uma editora de universidade pública e tem previsão de publicação impressa e em e-book para o mês de dezembro de 2024. A distribuição será gratuita e a intenção é que seja o mais disseminado possível para que contribua com a docência na escola básica.

Palavras-chave: Arte na escola básica; Literatura; Material didático; Ciências Humanas.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Para que serve a sociologia?* Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189, 2013.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

WRIGHT MILLS, C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

A música e desenho como ferramenta didática em uma oficina de ensino para estudantes de 1º ano do ensino médio*Mateus Henrique Araújo Viana¹²**Maria Isabel Silva Bezerra Linhares¹³*

O presente trabalho trata-se de uma experiência pedagógica de um conjunto de quatro oficinas de ensino, realizadas em uma turma de 1º ano na Escola de Ensino Médio Professora Rosa Martins Camelo Melo, localizada na cidade de Ibiapina, no estado do Ceará, distante a 303 km da capital, Fortaleza. Através da lei 10. 693/03 da Constituição Federal, ficou estabelecido que instituições brasileiras de ensino implementariam em seu currículo o ensino da história africana e da cultura afrobrasileira. Em interface a essas diretrizes curriculares, a escola, na qual realizou-se essa atividade, estabelece que as temáticas prescritas nessa lei sejam trabalhadas nos componentes eletivos de ciências humanas nas turmas de 1º ano. Com a implementação do novo ensino médio, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) passou a ofertar, em seu catálogo de componentes eletivos, disciplinas para se trabalhar a cultura afro-brasileira. Nesse sentido, as reflexões de ambas as culturas para a formação da identidade brasileira incluem o estudo de sua história, a luta e reivindicação pelos direitos fundamentais na sociedade brasileira e a suas principais características materiais e simbólicas. Além de ser professor de Sociologia nessa instituição, eu leciono o componente eletivo denominado: *Memória e Cultura Afrobrasileira e Indígena*. Antes da realização dessas quatro ações pedagógicas, realizei desde o início do ano letivo de 2023, debates em torno cultura tida como “popular” no sentido da pluralidade de manifestações, destacando os diversos sentidos em torno dessa construção social.

¹² Aluno do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSÓCIO) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professor de Sociologia na EEM Professora Rosa Martins Camelo Melo, Ibiapina/CE SEDUC-CREDE 05. Graduação no curso de Licenciatura em Ciências Sociais (UVA).

¹³ Professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – Sobral. Professora do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSÓCIO); Pesquisadora do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) - Pós-doutorado em Estudos Culturais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PACC-UFRJ); Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Culturas Juvenis (GEPECJU), Pesquisadora do Laboratório Trabalho, Educação, Gênero e Subjetividades (LATEGS).

No segundo semestre letivo de 2023, conduzi a eletiva para a reflexão sobre os povos tradicionais, povos indígenas e quilombolas. Nas últimas aulas do mesmo ano, realizei esta oficina de ensino no mês de novembro de 2023, constituindo a culminância do projeto. Para a realização dessa oficina, propus como temática na eletiva, *“Elementos da cultura afro e indígena: representatividade, história e consciência negra”*. A proposta de ensino baseada em oficinas pedagógicas, nesse contexto, pode contribuir para o engajamento dos alunos na temática, além de fugir do formato tradicional de ensino, para o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para a formação integral dos estudantes e para a valorização da diversidade cultural presente na sociedade brasileira. A partir dessas questões, segue abaixo uma descrição sobre essa experiência docente. Deve-se considerar que este trabalho representa apenas um recorte do que foi realizado durante ano letivo, mas que, a realização dessas oficinas foi realizada nas últimas quatro aulas de novembro de 2023.

Métodos e técnicas utilizados

Para a realização das oficinas, estabeleceu-se algumas estratégias para realizar a atividade: escolher a turma, o tempo a forma de realizar as oficinas. A turma escolhida foi o 1º ano “D”, porque poderia ser realizada em três aulas seguidas (caso fosse necessário), pois de acordo com o horário, a aula de sociologia antecedia a aula do componente eletivo (que são duas aulas). Com a turma de 1º ano “D”, do turno da tarde, composta por 29 alunos, realizei a seguinte sequência de aulas, de modo a articular a história, os conceitos e a importância da cultura afro-indígena no Brasil, a oficina sustenta-se nos seguintes roteiros:

Aula 1: Contextualização Histórica sobre a Consciência Negra e a cultura indígena. (Atividade de musicalização) (1 hora). A primeira oficina ocorreu em duas aulas (1h), em dois momentos: no ato inicial, realizei uma contextualização histórica abrangente apresentando elementos da cultura afro e indígena. Essa exposição foi realizada com o uso de um retroprojetor para apresentação de slides. Foi apresentado o conceito de cultura, tal como é abordado no livro didático, levantamentos históricos como o contato entre o colonizador e os povos que já viviam no que hoje é o continente sul-americano, desde os períodos anteriores à escravidão até as lutas por liberdade

e igualdade no Brasil. Os estudantes tiveram a oportunidade de compreender esse processo e os impactos históricos desses eventos, no que diz respeito a formação da identidade afro-brasileira e indígena. Logo após, no segundo momento da oficina, foi solicitado aos alunos que eles se dividissem em grupos, para a atividade seguinte. Para esse momento, dividi a turma em 5 grupos e entreguei a letra de música impressa para cada equipe de forma aleatória. As músicas eram: *Olhos coloridos*, da cantora Sandra de Sá; *Respeitem meus cabelos, brancos*, do Chico César; *A carne*, de Elza Soares; *Cota não é esmola*, de Bia Ferreira; *A dança*, de Chico César. Nesse momento, cada equipe ouviu a música da respectiva a sua equipe (em 15 minutos), para realizarmos uma roda de conversa, fazendo uma articulação entre a exposição teórica e as suas impressões as músicas. Nesse momento, as equipes teriam que apresentar aos versos e redigir um pequeno texto relacionando a música com alguma crítica social. Alguns alunos, fizeram um texto e teve uma integrante do 1º ano que fez a sua interpretação da música e forma de desenho, que nesse caso, foi retratado uma crítica social sobre o “padrão de cabelo” que é internalizado na sociedade. Os materiais usados foram: Datashow, caixa de som, papel e músicas impressas.

Aula 2: Produção de mapas mentais ou poesias (50 minutos): Na segunda aula, introduziu-se a técnica de elaboração de mapas mentais, como uma ferramenta para organizar e consolidar o conhecimento adquirido ao longo da aula anterior. Os alunos recorreram essa técnica para representar visualmente as conexões entre a música, a história e a expressão artística da cultura afro-brasileira e indígena. Referida atividade proporcionou uma visão integrada do conteúdo, estimulando a reflexão e as considerações do aprendizado de forma ilustrada (Materiais usados: Papel A4, lápis de cor, régua e giz de cera).

Aula 3: Produção de Desenhos sobre a Cultura Afro e Indígena (50 minutos) A terceira aula será prática e criativa. Os estudantes foram estimulados a expressar suas percepções e conhecimentos adquiridos por meio da produção de desenhos que retratassem elementos significativos da cultura afro. Foram estimulados a utilizar diferentes técnicas e estilos artísticos, promovendo a expressão individual e a valorização da diversidade presente na cultura afro-brasileira (Materiais usados: Papel A4, lápis de cor, tinta guache e cartolina).

Aula 4: Apresentação dos Desenhos e painel cultural (1 hora). Na última aula da sequência didática, os alunos tiveram oportunidade de compartilhar e apresentar seus desenhos à turma. Este momento favoreceu a autoexpressão e a confiança dos estudantes, e também permitiu que todos apreciassem a riqueza e a diversidade das interpretações artísticas sobre a cultura afro. A discussão foi mediada, para que os alunos pudessem compartilhar as expressões de seus desenhos, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso. Essa sequência didática buscou não apenas informar, mas também promover a valorização de ambas as culturas, registrando-a como parte integrante da identidade nacional. Ao integrar música, história e expressão artística, os alunos são incentivados a desenvolver uma compreensão mais profunda e sensível da riqueza cultural que permeia a sociedade brasileira (Materiais usados: Papel A4, lápis de cor, tinta guache e cartolina).

Conclusões parciais ou finais

A proposta de ensino baseada em oficinas pedagógicas pode contribuir para o engajamento dos alunos, para o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para a formação integral dos estudantes e para a valorização da diversidade cultural presente na sociedade brasileira. No entanto, é importante destacar que a implementação de uma proposta de ensino baseada em oficinas pedagógicas requer planejamento, organização e acompanhamento cuidadosos por parte dos professores, a fim de garantir a efetividade e a qualidade do processo educativo. Cabe nessa reflexão uma crítica a determinadas práticas educativas tradicionais, as quais inviabilizam a participação ativa dos sujeitos envolvidos, alimentando assim, o que Paulo Freire define como uma educação bancária (1987). Brandão (2013), argumenta que as formas de compreensão, adaptação e ação no meio social, a partir das quais produzimos nossas leituras do mundo, podem ser entendidas como processos educativos. Assim sendo, a Educação possui inúmeras faces, com diferentes processos e sentidos. Nesse sentido, “A educação é, como outras, uma fração dos modos de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura e sua sociedade” (Brandão; 2013, p. 6). Tal percepção está ancorada na ideia de que a educação não está somente na escola, mas, em muitos aspectos da vida dos indivíduos. No ambiente escolar, Lins (2011)

nos mostra que a Arte como parte da matriz comum curricular, é usada apenas para um saber que está ancorada pelo viés da sociedade capitalista ou, como Duarte Jr. tece uma crítica acerca do ofício dela, o subjetivo é algo “inútil”, pois não possui nenhum “valor” técnico em relação ao mercado. Em análise, as oficinas de ensino podem ser consideradas um exercício de autonomia, além disso, a música e o desenho podem servir de aportes inovadores para pensar o sujeito como centro da atividade pedagógica, proporcionando um espaço de experiências significativas no ambiente escolar, além de desconstruir algumas narrativas e estereótipos.

Referências

BRANDÃO, Carlos Henrique. *O que é educação*. 57. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LINS, Claudia; ANTUNES, Maisa. *A arte e a educação*. Juazeiro: Fonte Viva, 2001.

Desvendando a Sociologia Escolar: Percepções dos Estudantes sobre os Materiais Didáticos no Ensino Médio nas Escolas de Fortaleza-CE

Mayara Tâmea Santos Soares¹⁴

Newton Malveira Freire¹⁵

A presença da Sociologia no currículo da educação básica brasileira, especialmente nas escolas públicas estaduais do Ceará, é resultado de uma trajetória de avanços, principalmente após a Lei Nº 11.684/2008, que tornou obrigatória a disciplina no ensino médio. No entanto, a avaliação sobre o impacto e a qualidade do ensino da referida unidade curricular, particularmente sob a perspectiva dos estudantes, ainda é um campo de estudo com menos dados disponíveis.

O trabalho aqui apresentado corresponde a um excerto de dissertação de mestrado realizado em 2022, e tem por objetivo basilar entender como os estudantes percebem a Sociologia em vários aspectos, como currículo, metodologia de ensino, avaliação e material didático. Para tanto, discutiremos os achados da pesquisa com foco na avaliação dos materiais didáticos usados no ensino da disciplina nas escolas públicas estaduais de Fortaleza.

O ensino de Sociologia no Ceará

A Sociologia passou a integrar o currículo das escolas cearenses de forma gradativa a partir de 2004, mas só se tornou obrigatória com a Lei Nº 11.684/2008. Estudos como o de Bodart e Tavares (2020) mostram que apenas 8% dos artigos publicados em periódicos brasileiros sobre Sociologia escolar focam na temática do ensino no Brasil, com um percentual ainda menor voltado ao contexto do estado.

Rocha (2013) observa que a presença da Sociologia no Ceará, a partir da década de 1980, deu-se de modo intermitente, inicialmente mediante uma seleção promovida pela Secretaria da Educação estadual. Durante a administração de Tasso Jereissati (1999-2002), um concurso público para professores incluiu a disciplina nas chamadas

¹⁴ Secretaria da Educação do Ceará, Mestre em Ensino de Sociologia pelo ProfSocio, Universidade Federal do Ceará.

¹⁵ Secretaria da Educação do Ceará, Mestre em Ensino de Sociologia pelo ProfSocio, Universidade Federal do Ceará, doutorando em Sociologia pela Universidade do Minho - UMinho (PT).

para as escolas, mas, em virtude da ausência de obrigatoriedade no currículo do ensino básico, as oportunidades restringiam-se a uma única aula semanal de 50 minutos em uma ou duas séries, sem recursos didáticos específicos. Conforme levantamento de Souza Filho (2016), realizado em 2015, os docentes enfrentavam grandes dificuldades para ensinar Sociologia devido à falta de formação especializada na área. Esse quadro se manteve marcadamente durante os governos de Lúcio Alcântara (2003-2006) e Cid Gomes (2007-2010).

O percurso da implementação da disciplina no Ceará enfrentou vários desafios, desde a falta de professores qualificados até a ausência de materiais didáticos específicos. A introdução da Sociologia no PNLD de 2012, contudo, refletiu a ampliação do reconhecimento da importância da Sociologia como disciplina fundamental para a formação crítica dos estudantes.

Metodologia

As decisões relacionadas à escolha metodológica desta pesquisa envolvem a adoção de um método exploratório, utilizando questionários online. Essa técnica é justificada pelo fato de que a faixa etária dos respondentes é relativamente homogênea, facilitando a associação com variáveis como gênero, raça e composição familiar. Além disso, o método permite a geração automática de um banco de dados, com transferência rápida e simplificada das informações (Faleiros, 2016).

O recorte da pesquisa foca nos(as) estudantes da 3ª série do Ensino Médio de Fortaleza, abrangendo um universo de pouco mais de 100.000 alunos matriculados no ano letivo de 2021. A escolha dessa população se deve ao fato de que esses(as) jovens já tiveram contato com a disciplina de Sociologia por pelo menos dois anos, o que os(as) torna um perfil ideal para a análise, considerando que a Sociologia faz parte de sua trajetória escolar. Além disso, a região de Fortaleza é significativa, pois concentra o maior número de escolas do estado, incluindo três tipologias relevantes para essa investigação: escolas profissionais, escolas em tempo integral e escolas regulares. Atualmente, há 151 escolas em Fortaleza, organizadas em seis regionais e três superintendências centrais (SEFOR 1, 2 e 3), conforme a estrutura da SEDUC. É importante ressaltar que, apesar das mudanças na legislação educacional nos últimos anos, o ensino médio da rede pública no Ceará, em 2021, não sofreu alterações

significativas em relação ao livro didático e à carga horária das aulas. Os dados do Sistema Integrado de Gestão Escolar - SIGE, indicam que 115.385 estudantes estavam matriculados no ano de referência da pesquisa, em escolas dessas tipologias.

Percepção dos estudantes sobre os materiais didáticos

Rocha (2013) observa que a presença da Sociologia no Ceará, a partir da década de 1980, deu-se de modo intermitente, inicialmente mediante uma seleção promovida pela Secretaria da Educação estadual. Durante a administração de Tasso Jereissati (1999-2002), um concurso público para professores incluiu a disciplina nas chamadas para as escolas, mas, em virtude da ausência de obrigatoriedade no currículo do ensino básico, as oportunidades restringiam-se a uma única aula semanal de 50 minutos em uma ou duas séries, sem recursos didáticos específicos. Conforme levantamento de Souza Filho (2016), realizado em 2015, os docentes enfrentavam grandes dificuldades para ensinar Sociologia devido à falta de formação especializada na área. Esse quadro se manteve marcadamente durante os governos de Lúcio Alcântara (2003-2006) e Cid Gomes (2007-2010).

Além disso, quando questionados sobre a relevância dos conteúdos abordados nos livros em relação ao cotidiano, 71,4% dos estudantes responderam positivamente. Esse dado revela que, apesar das limitações, os materiais didáticos de Sociologia têm conseguido estabelecer uma conexão significativa entre os conceitos sociológicos e a realidade vivida pelos respondentes.

Embora a maioria dos(as) estudantes demonstre aceitação em relação a esses materiais, eles não são necessariamente a opção mais procurada no momento de estudo. No entanto, apenas 11% dos estudantes indicaram o livro didático como sua principal fonte de estudo, preferindo outras ferramentas de aprendizado. Esse dado aponta para a necessidade de repensar o papel dos livros didáticos no processo de ensino-aprendizagem, considerando o uso crescente de outras formas de mediação pedagógica, como recursos digitais e metodologias ativas.

Considerações finais

A Sociologia, enquanto componente curricular no ensino médio, tem enfrentado desafios tanto em termos de sua implementação quanto na percepção dos estudantes

sobre o material didático utilizado. No contexto cearense, a disciplina ainda está se consolidando, com avanços notáveis, mas também com a necessidade de adaptações para melhor atender às necessidades estudantis.

Nessa perspectiva, a pesquisa destaca a importância de continuar monitorando e avaliando o impacto dos materiais didáticos, especialmente à luz das recentes mudanças promovidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio. Esses novos cenários exigem um olhar atento para garantir que a Sociologia continue cumprindo seu papel formativo, auxiliando os educandos a compreender e interpretar os fatos sociais em que estão inseridos.

O estudo também sugere que, embora os livros didáticos de Sociologia sejam amplamente aceitos, há uma necessidade crescente de diversificar as metodologias de ensino e os recursos utilizados em sala de aula.

Palavras-chave: Sociologia, Ensino Médio, Materiais Didáticos, Percepção dos Estudantes, Livro Didático.

Referências

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Quando o assunto é Sociologia Escolar: estado da arte nos periódicos de estratos superiores nas áreas de Ciências Sociais, Educação e Ensino. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 51, n. 1, p. 353–396, 2020.

FALEIROS, Fabiana *et al.* Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. *Texto & Contexto – Enfermagem*, v. 25, n. 4, p. 1–6, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Hjf6ghPxx7LT78W3JBTdpjf/?lang=en>. Acesso em: 24 jul. 2021.

ROCHA, Cláudio C. T. *Saberes da docência aprendidos no PIBID: um estudo com futuros professores de Sociologia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

SOUZA FILHO, José Anchieta de. *A prática docente e o currículo no ensino de sociologia em Fortaleza/CE*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2016.

SocioLudo: uma proposta de jogo didático para o ensino de Sociologia na educação básica*Ricardo Cesar Rocha da Costa¹⁶**Maria Alice Vitoreti Oliveira¹⁷**Julia Almeida Brito¹⁸*

A produção do jogo didático SocioLudo faz parte do Projeto de Extensão *Produção de Jogos Didáticos para a Sociologia no Ensino Médio*, aprovado no âmbito do Edital Integrado 02/2023, do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). O projeto tem como um de seus objetivos a viabilização institucional da produção de Jogos Didáticos para a disciplina, em parceria com o Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LabES), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sob o ponto de vista teórico, o projeto defende a compreensão dos jogos didáticos como uma atividade inovadora e mobilizadora na formação dos estudantes de ensino médio. Ao mesmo tempo, se coloca na perspectiva de fortalecimento do papel exercido pela sociologia na educação pública, no contexto das últimas contrarreformas, como uma forma de enfrentamento e resistência à aprovação e implantação do chamado “Novo Ensino Médio” – NEM, a partir do Governo Temer, em 2017. Além de contribuir para a formação acadêmica e extensionista dos estudantes do campus, o projeto pretende estabelecer e construir parcerias político-pedagógicas com docentes de escolas públicas, para que o material didático a ser produzido possa ser utilizado nas comunidades periféricas onde se localizam as redes de ensino.

O SocioLudo é o primeiro produto deste projeto de extensão, encontrando-se em sua fase final de desenvolvimento: trata-se de uma adaptação do Ludo, um jogo tradicional de tabuleiro, como uma ferramenta didática para a apreensão de conceitos e categorias básicas da disciplina, assim como a compreensão de fenômenos das Ciências Sociais que compõem os conteúdos curriculares das escolas. A parceria do

¹⁶ Instituto Federal do Rio de Janeiro, *Campus Arraial do Cabo*, professor de Sociologia, mestre em Ciência Política (UFF) e doutor em Serviço Social (UERJ).

¹⁷ Instituto Federal do Rio de Janeiro, *Campus Arraial do Cabo*, estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Meio Ambiente (bolsista PIBIEX Jr.).

¹⁸ Instituto Federal do Rio de Janeiro, *Campus Arraial do Cabo*, estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Meio Ambiente (voluntária PIBIEX).

projeto com o LabES/UFRJ proporcionou o contato com estudantes dos cursos de Design Industrial e de Comunicação Visual Design da universidade, responsáveis pela elaboração de um projeto gráfico inovador para a viabilização desse jogo didático como seu produto final.

A proposta de elaboração de jogos didáticos voltados para o ensino de Sociologia na Educação Básica é parte de um processo de resgate e reafirmação da disciplina que apresenta um percurso bastante recente. Podemos dizer de que se trata da construção de uma metodologia inovadora de ensino-aprendizagem que ainda não se encontra disseminada a nível nacional no campo acadêmico de estudos das Ciências Sociais.

O retorno da Sociologia à Educação Básica foi uma conquista histórica recente, ocorrida a partir da aprovação da Lei nº 11.684, de 2008, que alterou o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio. Esta se tratava de uma luta histórica que, antes da sua vitória, em 2008, apresentara diversas iniciativas de mobilização por parte de professores/as e estudantes de licenciaturas, assim como de sindicatos, associações de sociólogos e instituições acadêmicas voltadas para a pesquisa no campo das Ciências Sociais (cf., por exemplo, Conterato, 2006). No entanto, esse processo de reintrodução da disciplina sofreu um grande revés com a aprovação do “Novo Ensino Médio” no período do Governo Temer, em 2017, que, no contexto de empresariamento da educação (Medeiros, 2021), retirou mais uma vez a obrigatoriedade da presença da sociologia no Ensino Médio – assim como praticamente todas as disciplinas, com exceção de Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Trata-se, em nosso entendimento, de uma contrarreforma da educação, pelo seu caráter regressivo em relação ao ensino médio para jovens que estudam nas escolas públicas, como demonstram diversos estudiosos do campo da Educação (cf., por exemplo, entre tantos outros pesquisadores, Frigotto, 2021).

No caso específico da Sociologia, nesse contexto de resistência ao golpe e ao NEM, no estado do Rio de Janeiro, em 08 de outubro de 2019, foi realizada, no Colégio Estadual Antônio Prado Junior, na Praça da Bandeira, a I Olimpíada de Sociologia do Estado do Rio de Janeiro, organizada pelo Laboratório de Ensino de Sociologia

Florestan Fernandes (LabES), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Unidade Regional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). Apesar da tradição de realização de jogos e olimpíadas de conhecimento por diversas disciplinas, principalmente no âmbito do Ensino Médio, esse foi um evento inédito no país para a disciplina sociologia na Educação Básica, obtendo ampla repercussão nacional no campo das Ciências Sociais, considerando o subcampo do Ensino de Sociologia. O encontro reuniu diversos docentes que lecionam Sociologia no Ensino Médio, que compareceram com estudantes selecionados previamente em suas escolas para a participação no evento. No período anterior ao encontro, quando a iniciativa foi anunciada e as inscrições foram abertas à participação de docentes da disciplina, a Olimpíada contou com 57 equipes inscritas, de 16 municípios distintos. No total, a Olimpíada contabilizou, na data da sua realização, cerca de 230 participantes, entre estudantes e docentes, incluindo também membros da organização e convidados (cf. Esteves, 2020, p. 264-265).

Ainda nesse contexto histórico de resistência político-pedagógica da disciplina, e em função da repercussão positiva e revigorante provocada pela realização do evento pioneiro de 2019, citado acima, o LabES/UFRJ e diversas escolas que se mobilizaram naquele momento organizaram a realização da 2ª Olimpíada de Sociologia do Rio de Janeiro, com etapas que ocorreram entre os meses de abril e junho de 2023. Numa dinâmica distinta do evento anterior, desta vez a olimpíada ocorreu de forma descentralizada no estado, com uma fase de classificação à final que ocorreu em cinco escolas e espaços geográficos distintos, localizados na cidade do Rio de Janeiro – o CEFET Celso Suckow da Fonseca, no Maracanã, na Zona Norte, e o Colégio Pedro II, Unidade Realengo, na Zona Oeste, além de três municípios representando regiões geográficas fluminenses, em campi do IFRJ: Arraial do Cabo, na Região dos Lagos; Nilópolis, na Baixada Fluminense; e Engenheiro Paulo de Frontin, no Sul Fluminense. Nesse processo foram mobilizadas inicialmente mais de cem equipes, de dezenas de escolas

A realização de jogos didáticos na Educação Básica, em qualquer área do conhecimento, deve ser entendida essencialmente como “um suporte para a realização do processo de ensino-aprendizagem” (Rogério, 2020, p. 191), fazendo uso de atividades

lúdicas voltadas para a apreensão de conteúdos didáticos específicos. Nesse sentido, a iniciativa de realização da Olimpíada de Sociologia, citada acima, apresentou essa mesma dimensão de contribuição para o processo de ensino-aprendizagem através da realização de um torneio competitivo envolvendo diversas escolas, mas apresentando um perfil colaborativo entre estudantes e professores das equipes intraescolas, organizadas para esse fim (cf. Maçaira et al., 2021).

Entendemos que a realização deste projeto de extensão deve ser entendida também numa perspectiva de contribuir efetivamente para reafirmar a relevância do saber sociológico para a formação humana numa perspectiva crítica. Assim como a iniciativa de realização da Olimpíada demonstrou ter sido uma grande oportunidade para mobilizar docentes e adolescentes e jovens estudantes em torno da disciplina, entendemos que a possibilidade do recurso a metodologias lúdicas e inovadoras pode configurar parâmetros diferenciados e prazerosos de acesso ao conhecimento acadêmico produzido pelas Ciências Sociais.

Palavras-chave: material didático; jogos pedagógicos; sociologia no ensino médio; educação pública.

Referências

CONTERATO, Santo (org.). *A profissão de sociólogo e a sociologia no ensino médio*. Rio de Janeiro: APSEJ, 2006.

ESTEVES, Thiago de J. O ensino de sociologia e as Olimpíadas de Sociologia. In: BRUNETTA, Antonio A.; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo P. (orgs.). *Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p. 264–268.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O "novo ensino médio": traição à juventude que frequenta a escola pública. *Portal do SINTEP-MT*, 10 nov. 2021. Disponível em: https://sintep.org.br/sintep/Utilidades/view_artigos/o-novo-ensino-medio-traicao-a-juventude-que-frequenta-a-escola-publica/i:1092. Acesso em: 28 mai. 2023.

MAÇAIRA, Julia P.; CARVALHO, Ana P.; AZEVEDO, Gustavo Cravo. Ensino de Ciências Sociais por meio de jogos didáticos: ludicidade, extensão e formação docente. In: *ANAIS do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Comunicação no Comitê de Pesquisa 18 – Ensino de Sociologia, Belém, PA, 12 a 17 jul. 2021.

MEDEIROS, Janiara L. *A Reforma do Ensino Médio: estudo crítico da Lei nº 13.415/2017* [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2021.

ROGÉRIO, Radamés M. O ensino de sociologia e os jogos didáticos. In: BRUNETTA, Antonio A.; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo P. (orgs.). *Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p. 191–195.

O uso de Livro Didático do Novo Ensino Médio por alunos da rede pública em Juiz de Fora - Minas Gerais

Tiago Gomes Campos¹⁹

Janderson Alves Sauma²⁰

Rafaela Reis Azevedo de Oliveira²¹

O presente resumo integra o conjunto de pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa, Extensão e Ensino de Sociologia (Grupees), da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. O objetivo deste trabalho é traçar um perfil do uso dos Livros Didáticos a partir dos alunos do Novo Ensino Médio em algumas escolas da rede pública na cidade de Juiz de Fora.

A consolidação da lei nº 11. 684 de 2 de junho de 2008, que alterava a lei nº 9.394 e instituiu a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, é considerada um marco na pesquisa educacional em Ciências Sociais. A inclusão da disciplina na etapa final da educação básica permitiu que a Sociologia passasse a vigorar como matéria escolar presente nos editais do PNLD.

Neste aspecto, a inclusão da disciplina no edital do PNLD de 2012 também é vista como um marco para o ensino de Ciências Sociais. Até então, a grande referência das análises didáticas partia de Simone Meucci (2011) e sua investigação dos Manuais Didáticos de Sociologia da década de 1930. A inclusão da disciplina de Sociologia no edital da política pública abriu portas para obras didáticas como Sociologia para o Ensino Médio, de Nelson Tomazi, e Sociologia em Movimento, de Afrânio Silva *et al.*, dentre outras obras que passaram pelo crivo da avaliação pedagógica de conteúdo.

Deste modo, após o ano de 2012 tivemos uma virada de chave na pesquisa com Materiais Didáticos. A Manualística (Badanelli, 2020; Escolano, 2017) no Brasil, por exemplo, passou a possuir um arcabouço de análise, já que estas obras eram um avanço na historiografia da disciplina. Desta forma, o estudo da Manualística poderia

¹⁹ Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduando em Ciências Sociais.

²⁰ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em Educação.

²¹ Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Educação.

atravessar o campo da investigação de manuais propostos para jovens secundaristas ou escolas privadas e agora teria obras didáticas em que pudessem produzir uma Sistematização, Institucionalização e Rotinização (Meucci, 2020).

Isto posto, a mudança sofrida pelo PNLD/2021 após a inclusão do Novo Ensino Médio (NEM) passa a ser um novo enfoque das pesquisas com Livros Didáticos no Brasil. Uma das mudanças substanciais das obras didáticas passou a ser a sua Interdisciplinaridade, em prol de uma adequação aos Itinerários Formativos exigidos pelo NEM.

Em vista disso, este resumo tem como premissa um olhar atento a dados produzidos por alunos de Licenciatura em Ciências Sociais, na disciplina de Ensino de Sociologia I, no ano de 2023. A pesquisa adotou a metodologia *Survey* e foi realizada em 8 escolas da rede pública na cidade, contando com a participação de 131 estudantes do Ensino Médio. Desta forma, destacamos abaixo alguns dados obtidos pelo questionário e possíveis considerações acerca dos mesmos.

Em um primeiro momento, podemos destacar a distribuição das obras didáticas para os alunos. Este é um ponto central na política do PNLD, a qual estabelece que todos os alunos de escola pública devem receber o exemplar do Livro Didático. Dessa forma, os dados tabulados apresentam que 53,5% dos estudantes disseram concordar que receberam os materiais. Contudo, é mister o questionamento acerca dos 62 alunos que responderam não terem recebido seus livros. Entendemos como uma resposta a esta questão o fato de algumas escolas disponibilizarem as obras na biblioteca para uso do estudante. Quando a pesquisa destaca que 58,8% concordam que os Livros Didáticos, quando não distribuídos, ficam à disposição nas bibliotecas, percebemos que os alunos não consideram que isto seja uma forma de distribuição.

Ainda dentro do uso e distribuição dos Livros Didáticos, identificamos que 83,2% dos alunos discordam que os professores utilizam obras do Novo Ensino Médio em sala de aula. Consideramos uma possível negação destes professores para com o material recebido pela escola. Esta resistência do não uso pode estar atrelada ao fato de os professores atuantes neste momento não possuírem formação continuada que pense uma didática interdisciplinar de sua disciplina. Um material didático que não apresenta os conteúdos específicos em capítulos, mas sim em uma transdisciplinaridade, acaba por muitas vezes afastar o professor destas obras. A

necessidade de refletir sobre a interdisciplinaridade dos livros didáticos do NEM se mostra basilar também quando os estudantes, em ampla maioria (70,2%) discordam que os professores de uma mesma área do conhecimento combinem uma melhor forma de usar os livros didáticos.

Considerando a problemática do uso ou não destes materiais didáticos em ambiente escolar, revela-se também a questão do interesse dos estudantes com estas obras. Dos entrevistados, apenas 35,2% concordam haver um interesse nesses materiais. Desta forma, o próprio interesse pouco numeroso entre os alunos para com estes livros pode estar ligado ao não uso dos professores, bem como a não compreensão, por parte dos estudantes, destas mudanças que os Livros Didáticos sofreram. Ainda dentro desta questão, 32,8% nem concordam e nem discordam do interesse com esses objetos.

Em virtude dos dados entrepostos neste resumo, concluímos que os novos Livros Didáticos de Ciências Humanas não têm tido satisfatória receptividade nas escolas analisadas. Os professores preferem não utilizar estas obras possivelmente por resistência, por não compreenderem a sua aplicação ou em razão da utilização ser inviável na prática do cotidiano escolar. Quanto à visão dos estudantes, estes materiais, mesmo possuindo uma diagramação que busca atrair a atenção deste grupo, não produziram um efeito de uma maioria afirmativamente interessada no material. Os alunos entendem que a escola possui estas obras, mas há um expressivo desinteresse nestes livros.

Além disso, destacamos aqui outra problemática. Estes manuais foram pensados de forma a fortalecer uma interdisciplinaridade entre as componentes curriculares, todavia, parece ter surtido um efeito contrário, muito possivelmente pela falta de diálogo entre os professores, bem como a falta de formação continuada que vise uma atitude interdisciplinar do professor, e, ainda, pela inviabilidade da aplicação prática nas condições atuais da realidade escolar e do trabalho docente.

Em consonância com Harvey (2008), na obra *Condição Pós-moderna*, é possível compreender que para a manutenção do capitalismo é necessário que ocorram regulamentações, que em suma se referem a elaboração de documentos que legitimem e fortaleçam a continuidade do Capital. Neste sentido, é coerente pensar criticamente na

reestruturação dos materiais didáticos por meio das modificações no PNLD/2021 como sendo uma maneira de limitar o conhecimento crítico, sistematicamente organizado e claro, por meio de uma interdisciplinaridade que, ao fim e ao cabo, fragiliza o aprofundamento de discussões em distintas áreas do conhecimento, podendo contribuir, ainda, para a relativização das particularidades de cada disciplina.

Para concluir, além das disposições acima, a clara divisão entre os estudantes que discordam, concordam ou são indiferentes quanto aos Livros Didáticos atuais serem interessantes, pois são interdisciplinares, revela-nos a necessidade de pensar a quão atrativa de fato é esta perspectiva que, em suma, visa dialogar disciplinas. Revela-nos a necessidade de pensar se tal diálogo entre disciplinas não tem, ao fim e ao cabo, restringido o acesso àquele que deve ser o principal interlocutor desta conversa, isto é, aquele a quem o conteúdo deve alcançar, o estudante. Neste sentido, percebemos que a mudança produzida pelo PNLD produziu um efeito contrário àquele esperado, acarretando até mesmo no desinteresse do professorado.

Palavras-chave: Livro Didático, Análise Quantitativa, Estudantes, Novo Ensino Médio.

Referências

BADANELLI, Ana. As imagens e suas interpretações nos textos escolares espanhóis. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 20, n. 1, 2020.

ESCOLANO, Agustín. A manualística na Espanha: duas décadas de pesquisa. *Educação e Fronteiras On-line*, v. 7, n. 20, 2017.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MEUCCI, Simone. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 20, n. 1, 2020.

MEUCCI, Simone. *A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. 2000. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.